

CONTRATO FUNDAÇÃO PTI-BR Nº. XXX/2019

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU BRASIL, E A EMPRESA .

Processo Fundação PTI-BR nº. 0254/2019.

Credenciamento nº. 0036/2019

Demanda nº. XXXX/1X Sub 01 .

De um lado, a **FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – BRASIL**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº. 07.769.688/0001-18, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 6.731, CEP: 85.867-900, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, neste ato representada pelo seu Diretor Superintendente, Sr. Jorge Augusto Callado Afonso e Diretor Técnico Claudio Issamy Osako, doravante denominada **FUNDAÇÃO PTI-BR**,

e de outro lado a empresa _____, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede a Rua _____, nº. _____, Bairro _____, CEP nº. xxxxx-xxx, na cidade de _____, Estado, neste ato representada pelo Sócio-Administrador, Sr. _____, portador da Cédula de Identidade RG nº. xxxxxxX SeJusp/____ e inscrito no CPF/MF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX,, doravante denominada **CREDENCIADA**,

celebram o presente Contrato com fulcro no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil - "RELC", registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas, Comarca de Foz do Iguaçu (PR), sob o nº 0207981, Livro B-1399, folhas 201 a 290, mediante as seguintes cláusulas e condições, as quais prevalecerão entre as partes em tudo quanto se conformarem e não conflitarem com as prescrições legais, regulamentares que regem a matéria:

DOS SERVIÇOS E SUAS CARACTERÍSTICAS

CLÁUSULA 1ª - O presente instrumento tem por objeto o **Credenciamento de empresas para faturamento na compra de ingressos dos atrativos Complexo Turístico Itaipu, que atuem como agências de turismo, agências de viagens, agências de eventos, organizadoras de eventos, operadoras de turismo, operadoras de transporte, operadoras de receptivo, meios de hospedagem e afins**, no regime de _____, de acordo com o _____ e Proposta Comercial, que integram o processo em epígrafe, independentemente de transcrição.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA 2ª – Os serviços serão realizados, à integral expensa da CREDENCIADA, na forma e modo de execução elencado no termo de referência/projeto básico/projeto executivo.

§1º – Os serviços serão remunerados pelas seguintes unidades de medida _____

§2º – Para fins do presente contrato, serão utilizados quantitativos de

- I. mão de obra: _____;
- II. insumos: _____, _____, _____, _____, _____;
- III. forma de execução: os serviços serão executados _____;
- IV. periodicidade _____;
- V. e outras informações pertinentes _____;

§3º – A CREDENCIADA deverá ter a qualificação técnica constante do termo de referência, em especial _____.

CLÁUSULA 3ª – A CREDENCIADA, às suas expensas, deverá assumir todos os custos e encargos relativos à prestação do serviço quando este for realizado fora de seus domínios, em especial, tributos, verbas trabalhistas, deslocamento urbano e interurbano, passagens,

hospedagem, alimentação, seguros, etc.

CLÁUSULA 4ª – A CREDENCIADA, quando da formalização de sua Proposta Comercial assumiu a responsabilidade de fazê-la com inclusão de todas as obrigações e encargos, ou seja, todos os custos incidentes para a consecução do objeto contratado, não podendo ser atribuída à Fundação PTI-BR nenhuma despesa adicional, a qualquer título.

CLÁUSULA 5ª - É vedada a substituição unilateral pela CREDENCIADA, de qualquer especificação do(s) serviços(s), para o qual apresentou proposta comercial, ainda que por item de maior valor ou melhor qualidade.

Parágrafo Único - Nos casos em que a CREDENCIADA apresentar justificativa, por escrito, comprovando a impossibilidade de execução no modo, deverá apresentar proposta formal de aditivo qualitativo ensejando a descrição técnica e especificações que se pretende produzir, que será analisado pelo contratante que motivadamente, poderá aquiescer com a substituição que não ensejar expensas financeiras à Fundação PTI-BR.

VOUCHER

CLÁUSULA 6ª - As empresas deverão encaminhar cópia do modelo de voucher a ser utilizado para consulta do aceite pelos operadores de caixa na etapa de habilitação.

§1º – Todos os vouchers emitidos deverão ser idênticos ao modelo apresentado e conter o nome legível do emitente e assinatura.

§2º – A Fundação PTI-BR fará o monitoramento anual do volume de vendas das agências de turismo e poderá limitar a emissão de voucher quando o faturamento for agressivo ou em situações que achar necessário. Nestes casos, a agência deverá pagar à vista as compras seguintes até o término do período.

§3º – Não serão aceitos vouchers rasurados ou cópias.

§4º – Os vouchers emitidos eletronicamente não necessitarão de assinatura autorizada, desde que informado pela CREDENCIADA com antecedência, através de canal definido pela Fundação PTI-BR, contendo as informações necessárias que o relacionem com venda dos ingressos e seu respectivo faturamento.

§5º – A Fundação PTI-BR poderá determinar um limite de crédito para emissão de vouchers. O limite será estabelecido com base no histórico de vendas anual efetuadas pela CREDENCIADA, seu comportamento creditício e as normas internas da Fundação PTI-BR.

§6º – A CREDENCIADA deverá reconhecer ser devedora da Fundação PTI-BR em relação a todos os vouchers emitidos para o ingresso de turistas em atrações do CTI.

§7º – O voucher será considerado como título executivo extrajudicial em caso de inadimplemento da CREDENCIADA, nos termos da legislação pertinente ao caso em tela.

DO SISTEMA DE AGENTE CREDENCIADOS

CLÁUSULA 7ª - O portal o Agente credenciado é um sistema on-line, parte integrante do site www.turismoitaipu.com.br, que permite que as agências de turismo, operadoras, receptivos e MEIs comprem, por meio da internet, ingressos do Complexo Turístico Itaipu com suas tarifas corporativas, caso existam. Para acessar o sistema, a agência deverá solicitar seu cadastramento ao departamento comercial e marketing do CT, e aceitar os termos e condições gerais para compra on-line, disponível no site supracitado.

Parágrafo Único - O CT se reserva ao direito de disponibilizar ou remover o acesso ao portal do agente ao qualquer tempo, em casos de inadimplência, manutenção de sistema ou não utilização dos acessos concedidos.

DO PREÇO NET

CLÁUSULA 8ª - A tarifa NET refere-se à tabela com nível de desconto, na qual cada empresa será classificada segundo critério de produtividade e demais itens da Política Comercial.

§1º - O critério das agências ou demais segmentos referenciados na Política Comercial vigente, estas poderão optar pelo modelo de faturamento, conforme disposto no item 10.1 deste Termo de Referência.

§2º - O valor da tarifa NET e o enquadramento são regulamentados pela Política Comercial da Fundação PTI-BR, podendo esta sofrer alterações de acordo com o interesse do CT. As agências credenciadas serão comunicadas através de e-mail ou correspondências e poderão optar pela permanência ou não no referido credenciamento em vigor.

DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

CLÁUSULA 9ª - A credenciada poderá optar pelo faturamento deduzindo a comissão, ou seja, tarifa NET ao qual a empresa está enquadrada, nesta opção o valor a ser pago será o líquido. Nesta opção a credenciada não precisará emitir nota fiscal. No quadro abaixo cronograma do processo.

AGÊNCIAS COM PAGAMENTO VALOR LÍQUIDO				
PERÍODO	APURAÇÃO DO FATURAMENTO	APURAÇÃO E ENVIO DO BOLETO	VENCIMENTO BOLETO	
			PRAZO DE 15 DIAS	PRAZO DE 30 DIAS
Do dia 1 ao dia 15	2 dias úteis	15 dias úteis antes do vencimento	Dia 30	Dia 15
Do dia 16 ao 30/31			Dia 15	Dia 30

§1º - A credenciada poderá optar por pagar o valor bruto dos atrativos e receber o desconto preço NET posteriormente quando do faturamento. O faturamento ocorrerá em 3 etapas:

- A comissão será apurada quando do faturamento quinzenal/mensal.
- credenciada será informada conforme quadro abaixo dos valores faturados e da comissão, para conferência e emissão da nota fiscal referente ao valor da comissão.
- A compensação da comissão devida será deduzida no boleto do faturamento.

AGÊNCIAS COM PAGAMENTO VALOR BRUTO					
PERÍODO	APURAÇÃO DO FATURAMENTO	RECEBIMENTO DAS NFSe DE COMISSÃO	APURAÇÃO E ENVIO DO BOLETO	PAGAMENTO COMISSÃO E VENCIMENTO DE BOLETO	
				PRAZO DE 15 DIAS	PRAZO DE 30 DIAS
Do dia 1 ao dia 15	2 dias úteis	2 dias úteis	10 dias úteis antes do vencimento	Dia 30	Dia 15
Do dia 16 ao 30/31				Dia 15	Dia 30

§2º - A Fundação PTI-BR apurará os débitos quinzenalmente/mensalmente e a cobrança será realizada mediante boleto bancário da fatura, deduzindo os valores referentes ao faturamento NET, com prazo de pagamento para 15 ou 30 dias, acompanhado de relatório sintético e/ou extrato das operações realizadas.

§3º - O prazo para pagamento, sendo 15 (quinze) ou 30 (trinta) dias, será baseado no volume de vendas e na tarifa corporativa na qual a empresa está inserida, considerando como base de valor de faturamento as agências que estão enquadradas nos dois maiores percentuais de desconto, ou seja, Net 2 ou Net 3 da Política Comercial vigente.

a) Poderão ser consideradas outras agências com volumes consideráveis, desde que, estas apresentem justificativas a serem analisadas e aprovadas pela Fundação PTI-BR.

§4º - O cronograma de vendas, faturamento e cobrança, será realizado quinzenalmente/mensalmente conforme item 15.1, do termo de referência, Anexo I, do edital.

§5º - O prazo de pagamento de 15 (quinze) dias é usual para todas as agências credenciadas.

§6º - O prazo de pagamento de 30 (trinta) dias é permitido apenas às agências que demonstram seu histórico de elevado volume de vendas e não tiverem mais de 3 atrasos de pagamento no período de 1 ano. Nesse caso, a agência deverá emitir correspondência solicitando a revisão do prazo de vencimento das faturas à área Financeira do CTI.

§7º - O Período citado nos quadros acima, poderá ser alterado quando estabelecido pela Política Comercial vigente do CT e informado através de e-mail ou correspondência.

§8º - A critério da Fundação PTI-BR, havendo atraso no pagamento de algum título por parte da CREDENCIADA, esta perderá, automaticamente, o direito a emissão de "vouchers" para os atrativos do CTI, mesmo o contrato estando em vigor.

§9º - Diante do atraso no pagamento de algum boleto, a Fundação PTI-BR poderá tomar as medidas legais cabíveis sendo:

a) Ocorrendo a falta do pagamento após o 5º (quinto) dia da data de vencimento, a empresa deverá ser notificada do atraso, devendo fazer o pagamento em até 3 (três) dias úteis;

b) Havendo a falta de pagamento ou no prazo solicitado, a empresa terá seu crédito para faturamento bloqueado, restabelecendo-o após o pagamento das faturas em atraso, acrescidos de juros e multa de mora;

c) Se o pagamento não for identificado em um prazo de 30 (trinta) dias corridos após o vencimento, terá seus títulos protestados em cartório. Existindo comissão de direito ficará retida até ser restabelecido o seu crédito;

d) Agências com faturas vencidas protestadas e não pagas serão acionadas juridicamente pela Fundação PTI-BR.

§10º - Todos os documentos fiscais emitidos para pessoas jurídicas deverão conter informações discriminando a classe de tarifa enquadrada, o valor percentual de comissão e o valor líquido a pagar.

§11º - Se a CREDENCIADA constituir-se em mora relativamente ao pagamento dos "vouchers", o valor do débito será acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

§12º - Quanto as visitas agendadas com antecedência, todos os cancelamentos, reembolsos e alterações de dia e horário deverão ser previamente comunicados pela agência à Fundação PTI-BR, estando sujeito a:

a) Se a solicitação de cancelamento, reembolso e alteração for feita com no mínimo 48 horas de antecedência, a Fundação PTI-BR poderá cobrar a seu critério, uma taxa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor integral do ingresso.

b) Se a solicitação for realizada com menos de 48 horas antes da data da visita, a Fundação PTI-BR cobrará 50% (cinquenta por cento) do valor integral do ingresso.

c) Pelo não comparecimento nas datas e horários sem prévia comunicação a Fundação PTI-BR (no show), as agências serão cobradas, de forma a pagar os ingressos integralmente, sem

direito a reembolso.

§13º - O critério de faturamento poderá ser alterado, mediante solicitação da agência credenciada e formalizado por e-mail ou correspondência, devendo para tanto, ser alterado o referido instrumento contratual pela Fundação PTI-BR.

§14º - O pagamento ao credenciado será efetuado de acordo com a demanda, tendo por base item 15 deste Termo de Referência.

§15º - É vedada a cobrança de qualquer sobretaxa em relação aos valores definidos no edital.

§16º - O aceite do documento fiscal consiste na validação da Nota Fiscal, observados os dados cadastrais, retenções de tributos e contribuições quando aplicáveis, e compatibilidade da CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica, com o objeto contratado.

§17º - A Fundação PTI-BR efetuará o pagamento mediante crédito na Conta Corrente nº. XXXX, da Agência nº. XXXX, do Banco (XXX), de titularidade da CREDENCIADA e indicada pela mesma. O comprovante de depósito servirá como recibo de pagamento.

CLÁUSULA 10ª - Os documentos fiscais deverão ser preenchidos em nome da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – BR, CNPJ 07.769.688/0001-18, com natureza jurídica de entidade privada sem fins lucrativos, inscrição Municipal 36.687, Não Contribuinte de ICMS, endereço Avenida Tancredo Neves nº 6731, CEP 85.867-030, Bairro Itaipu, Foz do Iguaçu (PR);

§1º - Nos documentos fiscais deverão constar o número do pedido de compras, a descrição objetiva e clara dos serviços prestados, o local da prestação dos serviços quando ocorrer fora do município de Foz do Iguaçu e o destaque das retenções de Tributos, quando aplicáveis.

§2º Todos os documentos fiscais eletrônicos devem ser enviados para o e-mail: nfeletronica@pti.org.br e as Notas Fiscais manuais devem ser enviadas para a área de recebimento.

CLÁUSULA 11ª - O documento fiscal deverá, obrigatoriamente, estar acompanhado dos documentos:

1) "Ordem de Serviço/Compra", "Contrato" ou o Pedido de Compras" emitido pela Fundação PTI-BR;

2) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

3) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;

4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

5) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo e Serviço (FGTS);

6) Correspondência com a solicitação do respectivo pagamento, relativo à realização dos serviços executados;

7) Cópias das guias de recolhimento quitadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, GFIP e da Previdência Social (GPS) dos empregados da CONTRATADA que forem designados para a prestação dos serviços ora contratados, correspondente ao mês imediatamente anterior, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA, quando couber.

8) Cópia certidão Serasa.

CLÁUSULA 12ª - Quando a CREDENCIADA for optante do SIMPLES NACIONAL, for isento ou imune, deverá entregar junto com o documento fiscal, a declaração correspondente ao enquadramento e o respectivo anexo, quando aplicável.

CLÁUSULA 13ª - Os pagamentos a serem efetuados, quando couber, estarão sujeitos à retenção de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ; Contribuição Social sobre o Lucro

Líquido – CSLL; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Contribuição social previdenciária, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e demais tributos incidentes sobre o objeto da contratação na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA 14ª - A Fundação PTI-BR poderá, a seu critério, deduzir dos pagamentos devidos a CREDENCIADA, os valores devidos da presente relação contratual, resultantes de multas ou outros débitos da CREDENCIADA e/ou seus dirigentes com a Fundação PTI-BR.

DA COMISSÃO

CLÁUSULA 15ª - A aplicabilidade das comissões sobre as vendas de ingressos, se dará através do percentual da tarifa NET às agências de turismo conforme as categorias e respectivas condições, estabelecidas na Política Comercial do CT vigente, item 4.

§1º – O comissionamento deverá obedecer as seguintes regras:

- a) Destinam-se às agências de turismo ou agentes do segmento turístico que possuem MEI (Micro Empreendedor Individual).
- b) Destinam-se as agências de turismo com potencial ou produção superior ao estipulado na política comercial vigente, item 4.1.1, Organizadoras de Eventos e Operadoras de Turismo, que iniciam suas relações comerciais com o CT.
- c) Destinam-se às Operadoras de Turismo, Agências de Receptivos e Operadoras Internacionais que, dentro do mercado, ocupem posição de atacadistas do setor e que revendam seus produtos para as varejistas do segmento turístico. As agências com potencial ou produção superior ao estipulado na política comercial vigente, item 4.1.1, também poderão ser classificadas neste nível.
- d) As agências de turismo e eventos nacionais deverão estar registradas regularmente no Cadastur, executado pelo Ministério do Turismo, ou em entidade de classe por grupo econômico, como BRAZTOA, ABEOC, ALAGEV, ABAV e suas seccionais, entre outras instituições do segmento.
- e) As agências de turismo e eventos do MERCOSUL, cadastradas nas suas entidades de classe, AAOVYT (Argentina), AUDAVI (Uruguai), ASATUR (Paraguai) e similares dos demais países membros ou afiliados do bloco.
- f) As empresas comprovadamente do mesmo grupo, através da representação de, pelo menos, um dos sócios nos seus contratos sociais, poderão ter seus movimentos mensais somados para efeito de concessão de comissionamento.
- g) Para empresas pertencentes a grupos de agências, a comissão será padronizada pela avaliação anual do volume em suas vendas de todas as unidades.
- h) O percentual de comissionamento será aplicado sobre o valor da tarifa constante na Política Comercial do CT vigente. O pagamento poderá ser à vista ou faturado, de acordo com as regras estabelecidas pela Fundação PTI-BR.
- i) Quando as agências fazem o transporte dos turistas utilizando veículo próprio estas poderão obter desconto conforme descrito na Política Comercial vigente.
- j) Para terem direito ao comissionamento dos atrativos, deverão ser apresentados Voucher, Ordem de Serviço ou lista de Passageiros (para agências estrangeiras), assinado e/ou documento eletrônico, tanto para pagamento à vista (cash), como para faturamento.
- k) As agências de turismo favorecidas serão avaliadas anualmente para efeitos de atualização do enquadramento nas categorias de comissão. A cada avaliação, as empresas que se enquadrarem nos requisitos de outra categoria passarão a receber comissionamento correspondente àquela classe, podendo ser enquadrados em categorias superior ou inferior à atual.
- l) Esta avaliação ocorrerá anualmente, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de

dezembro.

- m) As agências serão comunicadas através de e-mail ou correspondência, caso ocorra alguma alteração na Política Comercial do CT, devendo estas, atestar formalmente, o pleno acordo com a política vigente.

§2º – Para ter direito ao comissionamento sobre o volume de vendas, as agências deverão emitir nota fiscal com o comissionamento, em conformidade com o item 10.1, deste Termo de Referência, referente ao período, podendo este valor ser reduzido em seu boleto. Caso a agência não entregue a Nota Fiscal no prazo estipulado, deverá fazer o pagamento do boleto pelo valor bruto da fatura. Nestes casos, a agência que emitir a NFS-e fora do prazo estipulado ou que realize todos os pagamentos à vista, terá valor do comissionamento pago por depósito em conta corrente.

§3º – Quando da emissão da nota fiscal, deverão ser observados os destaques dos impostos.

§4º – No corpo da nota fiscal deverá constar “comissões de vendas” e número do pedido de compra.

§5º – A Fundação PTI-BR é não contribuinte do ICMS devendo no campo Inscrição Estadual constar o código “9”.

§6º – A comissão a ser paga às agências ficará disponível até 31 de dezembro do ano corrente às compras realizadas. Após esse prazo, caso a agência deixe de emitir NFS-e, perderá automaticamente o direito aos valores.

§7º – O valor referente ao comissionamento será faturado conforme o item 15.1 e 16.1 do Termo de Referência, Anexo I, do edital, a cada pagamento quinzenal.

DO REAJUSTE CONTRATUAL

CLÁUSULA 16ª - O reajuste dos preços dos ingressos e dos percentuais de comissionamento fica condicionado à atualização da Política Comercial do Complexo Turístico Itaipu.

DA REVISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 17ª – O contrato poderá ser revisto para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da sua, ou ainda, na hipótese de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Parágrafo Único - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA 18ª – O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com os limites do Art. 112 do RELC.

§1º – O prazo de vigência deste contrato é de 13 (treze) meses, a contar da data do termo de início, podendo ser prorrogado de acordo com os limites do Art. 112 do RELC.

§2º – Para prorrogação da execução e vigência deverão ser atendidos os requisitos a seguir:

- a) Demonstração do especial interesse da Fundação PTI-BR;
- b) Prova da compatibilidade dos valores do edital com os praticados pelo mercado;
- c) Anuência dos credenciados;
- d) Que os credenciados mantenham as mesmas condições de habilitação;

e) Publicidade do termo de prorrogação de acordo com o Art. 37 do RELC.

§3º - Caso algum credenciado não esteja de acordo com a prorrogação do seu credenciamento, este será automaticamente descredenciado sem que caiba ao credenciado quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

a) Durante o período de vigência, qualquer interessado poderá requerer seu credenciamento para prestação dos serviços objeto deste edital.

§4º - Caso algum credenciado não esteja de acordo com a prorrogação do seu credenciamento, este será automaticamente descredenciado sem que caiba ao credenciado quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

§5º - O término da vigência contratual não exclui da CREDENCIADA as responsabilidades técnicas (de garantia e assistência) referente ao objeto contratado.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 19ª - O presente contrato poderá ser alterado qualitativa e quantitativamente mediante lavratura de termo aditivo e prévia justificativa.

§1º - A alteração quantitativa poderá ocorrer quando for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor original do contrato, atualizado pelo IGP-M.

§2º - Na hipótese de reforma de imóvel ou de equipamento, o acréscimo ou supressão poderá ser de até 50% (cinquenta por cento) do valor original do contrato, atualizado pelo IGP-M.

§3º - As alterações qualitativas não poderão acarretar para a Fundação PTI-BR encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual, acrescidos aos custos da instauração de um novo processo licitatório; não poderão inviabilizar a execução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do contratado; devem decorrer de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial; não poderão transfigurar o objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos; devem ser necessárias à completa execução do objeto original do contrato;

§4º - A garantia de execução contratual poderá ser alterada quando conveniente a sua substituição a pedido do contratado e aceita pela Fundação PTI-BR.

§5º - Sem prejuízo dos limites da cláusula anterior, a prorrogação e as alterações contratuais observarão o estrito interesse da Fundação PTI-BR; a previsão no instrumento convocatório; a maior vantajosidade econômica para Fundação PTI-BR; a existência e suficiência de recursos orçamentários; a anuência das partes; o cumprimento das obrigações pela CREDENCIADA; a manutenção das condições de habilitação pela CREDENCIADA; a inexistência de sanções restritivas da atividade licitatória e contratual aplicadas pela Fundação PTI-BR ou pela ITAIPU BINACIONAL; a promoção dentro da vigência contratual; e a autorização da autoridade competente;

§6º - O regime de execução e o modo de fornecimento poderão ser alterados em face de constatação técnica da inaplicabilidade dos termos originalmente contratados, ou de fato superveniente aceito pela Fundação PTI-BR.

§7º - A forma de pagamento poderá ser alterada por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obras ou serviços.

§8º - Na hipótese de supressão de obras, serviços ou bens, se o contratado já houver

adquirido os materiais e posto no local da execução, estes devem ser ressarcidos pela Fundação PTI-BR pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

§9º - Sempre que houver alteração na Política Comercial do Complexo Turístico Itaipu, far-se-á necessário celebrar aditivo contratual para atualização.

§10º - Todas as alterações na Política Comercial, após oitiva jurídica, serão comunicadas as agências credenciadas no processo vigente, através de e-mail ou correspondências. As agências por sua vez, poderão optar pela permanência ou não no referido credenciamento em vigor.

DAS OBRIGAÇÕES GENÉRICAS

CLÁUSULA 20ª – A CREDENCIADA se compromete a:

- I. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- II. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- III. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas neste instrumento, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- IV. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados à FPTI-BR ou a terceiros pelos seus empregados, decorrente de sua culpa ou dolo, não se eximindo dessa responsabilidade, ainda que a execução deste Contrato seja fiscalizada pela FPTI-BR;
- V. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- VI. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- VII. Manter, durante toda a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de credenciamento;
- VIII. Encaminhar as Certidões Negativas de débitos tributários Municipal, Estadual e Federal, quando solicitado pela FPTI-BR;
- IX. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Termo de Referência;
- X. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto;
- XI. Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda civil ou penal, relacionada à execução deste Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- XII. As empresas, as quais a Fundação PTI-BR deseja credenciar, devem estar devidamente regularizadas junto às legislações em vigor, bem como ser atuante no mercado turístico.
- XIII. Não utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste instrumento, mão de obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como exigir que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com os prestadores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, sob pena de rescisão do Contrato;
- XIV. Os prejuízos ou danos causados pelos seus funcionários aos bens móveis, imóveis, equipamentos e utensílios da Fundação PTI, após comunicação formal do Fiscal do Contrato, deverão ser substituídos por materiais/bens idênticos ou recuperados quando possível, deixando-os em perfeito estado de conservação ou funcionamento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

- XV. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no Art. 122, Inciso 2º do RELC.
- XVI. Cumprir com as demais obrigações previstas no presente instrumento.
- XVII. Corrigir todos os defeitos e vícios constatados no objeto ora contratado, responsabilizando-se por todos os custos necessários para reparação, não havendo ônus adicional para a FPTI-BR.
- XVIII. O PRESTADOR deverá realizar a correção dos problemas verificados no prazo estipulado posteriormente pela FPTI-BR, a contar do recebimento da comunicação ou do conhecimento dos defeitos.
- XIX. A CREDENCIADA deverá efetuar o pagamento do valor referente aos vouchers emitidos e apresentados pelos seus clientes, pelo ingresso nas atrações do CTI, conforme tabela de preços vigentes e orientações contidas no item 8 e na Política Comercial vigente.
- XX. A CREDENCIADA deverá zelar pelo nome da Fundação PTI-BR e da Itaipu Binacional, de suas marcas e de seus produtos, abstendo-se de praticar qualquer ato que possa, de alguma maneira, lhes prejudicar a boa reputação.
- XXI. Observar a proibição expressa de utilizar o nome, marca ou logotipo da Fundação PTI-BR em suas notas fiscais, faturas e outros impressos fiscais, quaisquer que sejam, sem prévio e expresso consentimento da Fundação PTI-BR.
- XXII. Manter sigilo sobre toda e qualquer informação e documentação que receber em decorrência do documento contratual, devendo transmitir a seus funcionários e prepostos, e exclusivamente a estes, nada além das orientações essenciais ao desempenho de suas respectivas tarefas.
- XXIII. A CREDENCIADA estará sujeita a avaliação periódica de qualidade de desempenho, estando sujeito a rescisão contratual em caso de baixo desempenho.
- XXIV. A CREDENCIADA será responsável pelos danos causados diretamente a Fundação PTI-BR ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do contrato.
- XXV. Todos os aspectos de relação entre a CREDENCIADA e seus clientes, dentre os quais se mencione, sem limitação, o pagamento devido pelos clientes à CREDENCIADA em virtude do ingresso para as atrações do CTI, dizem respeito única e exclusivamente à CREDENCIADA e a seus clientes. A CREDENCIADA é a única e exclusiva responsável pelo pagamento à Fundação PTI-BR dos valores referentes aos vouchers emitidos.

CLÁUSULA 21ª – A Fundação PTI-BR obriga-se a:

- I. A Fundação PTI-BR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com Terceiros, ainda que vinculados à execução do presente credenciamento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- II. Desde que se tenha disponibilidade de vagas, a Fundação PTI-BR obriga-se a dar acesso aos visitantes que apresentarem voucher emitido pela CREDENCIADA, nos dias e horários de funcionamento regular do CTI, observado o disposto neste documento, no Regulamento Interno da Itaipu Binacional, do Parque Tecnológico Itaipu e na Política Comercial do CTI.
- III. Realizar a cobrança dos vouchers utilizados pelas CREDENCIADAS em um determinado período, conforme definições estabelecidas no item 8, da Política Comercial.
- IV. Analisar todos os documentos que comprovem os serviços prestados, onde se inclui a nota fiscal emitida pela CREDENCIADA, quando for o caso.
- V. Casos de inadimplência, utilizar todos os meios legais para o efetivo recebimento, bem como cancelar o credenciamento. Procedimento estabelecido neste Termo de Referência.

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 22ª – A Fundação PTI-BR, por meio de sua área gestora, Complexo Turístico Itaipu, fiscalizará e acompanhará sua execução, atuando como representante da Fundação PTI-BR.

§1º – A Fundação PTI-BR nomeará um gestor, que será responsável pela fiscalização das atividades desenvolvidas pela CREDENCIADA.

§2º – O gestor do contrato poderá designar um fiscal para fiscalizar as atividades desenvolvidas pela CREDENCIADA.

§3º – A fiscalização realizada pela Fundação PTI-BR não importa em redução ou supressão da responsabilidade da CREDENCIADA por eventual erro, falha ou omissão, exceto se decorrentes de solicitações emanadas da Fundação PTI-BR, das quais a CREDENCIADA tenha discordado, por escrito, com antecedência de 03 (três) dias para não prejudicar a execução do objeto contratado.

§4º – O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do presente instrumento, sendo-lhe assegurado o dever de:

- a) Decidir, em nome da Fundação PTI-BR, todas as questões relacionadas à execução do presente contrato;
- b) Recusar os equipamentos considerados insatisfatórios e exigir a remoção e/ou substituição desses na extensão considerada necessária;
- c) Encaminhar a CREDENCIADA, por escrito, as comunicações que se fizerem necessárias;
- d) Fiscalizar a execução do presente Contrato, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições constantes de suas cláusulas e seus anexos;
- e) Colocar à disposição da CREDENCIADA os meios indispensáveis à execução do contrato;
- f) Revisar e aprovar o objeto entregue pela CREDENCIADA;
- g) Cumprir com as demais obrigações advindas da função.

NORMA REGENTE

CLÁUSULA 23ª – A presente relação contratual é regida pelo RELC – Regulamento De Licitações, Contratos e Convênios da Fundação PTI-BR, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas, Comarca de Foz do Iguaçu (PR), sob o nº 0207981, Livro B-1399, folhas 201 a 290.

Parágrafo Único - Em caso de conflito entre as estipulações ou condições constantes deste instrumento com os seus respectivos anexos, bem como omissões contratuais, buscar-se-á a interpretação mais favorável à Fundação PTI-BR, pautada nos princípios contratuais em respeito à função social do Contrato.

CLÁUSULA 24ª – São princípios e regras norteadores do Contrato, o princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da responsabilidade ambiental, do julgamento objetivo da preservação do negócio jurídico, da maior vantajosidade para Fundação PTI-BR na contratação, da ampla concorrência, da sustentabilidade, do desenvolvimento socioambiental, do menor impacto ambiental, da maior economia de recursos, da menor depreciação econômica, da menor produção de resíduos, da disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras e serviços contratados; da mitigação por condicionantes e compensação ambiental; da utilização de produtos, da redução do consumo de energia e recursos naturais; e da acessibilidade.

Parágrafo Único: Os princípios norteadores, nos casos omissos, além de indicarem a interpretação das cláusulas e termos contratuais, terão efeito de integração das normas.

DAS FALTAS E PENALIDADES

CLÁUSULA 25ª - São consideradas infrações graves para fins do presente contrato:

- a) apresentação de documento falso;

- b) qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- c) a má-fé na relação contratual;
- d) inexecução total de qualquer das obrigações assumidas;
- e) não pagamento pela CREDENCIADA, das verbas trabalhistas;
- f) inadimplemento fiscal e previdenciário;

CLÁUSULA 29 – Para toda e qualquer ofensa a deveres contratuais, poderão ser aplicadas a CREDENCIADA, sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

I - Advertência para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante.

II - Multa Moratória equivalente a 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor atualizado do Contrato, por dia de atraso.

III - Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato ou por ato que frustre ou fraude a licitação, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

IV - Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR, por até 5 (cinco) anos.

Parágrafo Único – Às infrações, independentemente de sua gravidade, poderão ser aplicadas de modo cumulativo, mais de uma penalidade, sem prejuízo da eventual rescisão contratual sem o direito à indenização.

CLÁUSULA 26ª – Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Fundação PTI-BR, nos termos do art. 157 do RELC:

I) Às pessoas físicas integrantes do quadro societário da pessoa jurídica independentemente de nova pessoa jurídica que vieram a criar ou de outra em que figurarem como sócios.

II) Às pessoas jurídicas que possuam sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

CLÁUSULA 27ª - A Fundação PTI-BR poderá rescindir o contrato caso o montante correspondente à soma dos valores das multas moratórias ultrapassem a 10% (dez por cento) do valor total atualizado deste Contrato.

CLÁUSULA 28ª - Se a multa aplicada não for suficiente para cobrir os prejuízos causados à Fundação PTI-BR, poderá esta, justificadamente, requerer a diferença a que tem direito.

CLÁUSULA 29ª - As sanções de advertência e suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Fundação PTI-BR, por até 5 (cinco) anos poderão ser aplicados juntamente as sanções de multa, a depender do caso e a sua aplicação, ainda que de forma cumulada, não exime a responsabilidade de indenizar eventuais perdas e danos ocasionados à Fundação PTI-BR decorrentes do descumprimento contratual e/ou obrigação editalícia.

CLÁUSULA 30ª - A multa não será aplicada caso o fato gerador em que incorreu a CREDENCIADA tenha sido consequência de motivo de força maior ou caso fortuito.

CLÁUSULA 31ª - A Fundação PTI-BR reserva-se o direito de deduzir dos valores devidos a CREDENCIADA as multas aplicadas e a importância necessária ao ressarcimento de danos e/ou prejuízos, que esta causar à Fundação PTI-BR ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

CLÁUSULA 32ª - As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem nenhuma outra prevista em lei, nem a responsabilidade da CREDENCIADA por perdas e danos que causar à Fundação PTI-BR.

CLÁUSULA 33ª - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis consecutivos.

CLÁUSULA 34ª - A aplicação das penalidades previstas poderá ser realizada em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a CREDENCIADA, observando-se o art. 160 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil - RELC.

CLÁUSULA 35ª - A CREDENCIADA poderá interpor defesa e apresentar e/ou requerer a produção de provas, conforme o caso.

Parágrafo Único - Da decisão final cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da intimação do ato. O recurso deverá ser apresentado à autoridade que praticou o ato recorrido e será julgado pelo Diretor Administrativo-Financeiro da Fundação PTI-BR.

CLÁUSULA 36ª - A não ocorrência das penalidades acima referidas, não impede que a Fundação PTI-BR rescinda, unilateralmente, o Contrato.

CLÁUSULA 37ª - Na aplicação das sanções deverão ser considerados os danos resultantes da infração, situação econômico financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza, bem como a outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto, observado o princípio da razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação, art. 158 do RELC.

CLÁUSULA 38ª - No caso de atraso do pagamento por parte da Fundação PTI-BR, a CREDENCIADA poderá exigir as penalidades a seguir:

a) Multa de 2% (dois por cento) ao mês, sobre o valor da parcela pendente.

b) Juros de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da parcela pendente.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 39ª - A rescisão contratual unilateral não é penalidade, mas, sim, direito potestativo da Fundação PTI-BR que se impõe pela justificativa da boa-fé, moralidade, responsabilidade socioambiental e eficiência.

CLÁUSULA 40ª - O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Fundação PTI-BR, sendo prescindível a aplicação de penalidade anterior, nas seguintes hipóteses:

- I. Descumprir qualquer cláusula contratual;
- II. Atrasar injustificadamente a entrega do objeto;
- III. Subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcial, o objeto contratado ou a associação da CREDENCIADA com terceiros para a execução do objeto;
- IV. Reiterar falhas na execução do instrumento contratual;
- V. Entrar em processo de falência, de insolvência civil, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial;
- VI. Extinguir a pessoa jurídica ou falecimento do contratado;
- VII. Houver alteração social, fusão, separação, incorporação ou modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do instrumento contratual;
- VIII. Suspender a execução do instrumento contratual, por ordem escrita da Fundação PTI-BR, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- IX. Comprovada ocorrência de caso fortuito ou de força maior, que impeça a execução do instrumento contratual;
- X. Descumprir suas obrigações quanto ao pagamento de tributos, obrigações trabalhistas e seguridade social.

CLÁUSULA 41ª - Poderá, ainda, a Fundação PTI-BR promover a rescisão contratual imotivada mediante prévia notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA 42ª - Poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante consenso entre as partes, resguardado os interesses da Fundação PTI-BR, a rescisão ou a resolução contratual mediante a lavratura do termo de distrato.

CLÁUSULA 43ª - Ocorrendo a rescisão, a Fundação PTI-BR poderá deduzir os valores devidos a CREDENCIADA até o limite dos prejuízos causados à Fundação PTI-BR ou a terceiros;

§1º- Sendo a rescisão unilateral promovida pela Fundação PTI-BR, sem prejuízo das medidas anteriores previstas nos incisos I e II do Caput, promover a:

a) execução judicial ou extrajudicial dos valores das multas e das indenizações devidas;

b) suspensão do direito da CREDENCIADA em participar de licitações e de contratar com a Fundação PTI-BR por período a ser definido, por até 5 (cinco) anos, de acordo com a natureza e a gravidade da falta, sem prejuízo da aplicação da multa.

CLÁUSULA 44ª - A Fundação PTI-BR poderá, no caso de concordata, recuperação judicial ou extrajudicial da CREDENCIADA, manter o instrumento contratual, podendo assumir, mediante negociação, o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

DO FORO CONTRATUAL

CLÁUSULA 45ª- É competente o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA 46ª - A Fundação PTI-BR, na forma do artigo 37 do RELC, promoverá a publicação do extrato do presente Contrato e dos seus aditivos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 47ª - O presente Contrato não poderá ser cedido, transferido ou dado em garantia.

CLÁUSULA 48ª - As eventuais tolerâncias da Fundação PTI-BR para com a CREDENCIADA em relação ao cumprimento, total ou parcial, de cláusulas e/ou condições pactuadas neste instrumento, não poderão ser alegadas como alteração ou modificação contratual, devendo ser considerada como mera liberalidade da Fundação PTI-BR, não obrigando à adoção de igual procedimento em casos futuros.

CLÁUSULA 49ª - Os termos e disposições acordadas no contrato prevalecerão sobre quaisquer outros entendimentos ou acordos firmados anteriormente entre as partes.

CLÁUSULA 50ª - O contrato deverá em todos os casos, interpretado como um todo, em conformidade com seu significado justo e não de forma estritamente favorável ou desfavorável a qualquer das partes.

CLÁUSULA 51ª - O instrumento contratual e os direitos conferidos à CREDENCIADA têm caráter intuitu personae, dessa forma, não poderá ser cedido, transferido ou gravado, nem de outra forma a CREDENCIADA alienará toda ou parte de sua participação neste instrumento, salvo com prévio e expresse consentimento da Fundação PTI-BR.

CLÁUSULA 52ª - Qualquer tentativa de cessão, transferência ou outra alienação sem tal consentimento será nula e constituirá em inadimplemento e uma violação deste Contrato.

CLÁUSULA 53ª - Fica ressaltada a total inexistência de vínculo trabalhista entre as partes contratantes, não havendo nenhum tipo de relação de subordinação.

CLÁUSULA 54ª - E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Foz do Iguaçu (PR), 29 de março de 2019.

Fundação PTI-BR:

CREDENCIADA

Jorge Augusto Callado Afonso
Diretor Superintendente

Claudio Issamy Osako
Diretor Administrativo Financeiro

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:
CPF:

Nome:
RG:
CPF: